



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

245

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0196677-4.  
ÓRGÃO JULGADOR : Terceira Câmara Criminal  
COMARCA : Itaquitinga – Vara Única  
RECORRENTE : Cláudio Severino de Menezes  
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
PROCURADORA : Dra. Maria Francisca Mendonça Silva  
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INDÍCIOS DE AUTORIA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. RECURSO IMPROVIDO.

I – Para a pronúncia não é necessário que a autoria reste sobejamente demonstrada, bastando, tão somente, a presença de indícios de que o réu cometeu o fato ilícito, vez que, nessa fase processual, prevalece a máxima *in dubio pro societate*, competindo ao Tribunal do Júri decidir sobre a autoria delitiva.

II – Recurso improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito** nº 0196677-4, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Presidente

Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

246

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0196677-4**  
**ÓRGÃO JULGADOR** : Terceira Câmara Criminal  
**COMARCA** : Itaquitinga – Vara Única  
**RECORRENTE** : Cláudio Severino de Menezes  
**RECORRIDO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADORA** : Dra. Maria Francisca Mendonça Silva  
**RELATORA** : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

**RELATÓRIO**

---

**Cláudio Severino de Menezes**, vulgo “Cacau”, foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV<sup>1</sup> do Código Penal Brasileiro, acusado de desferir disparo de arma de fogo contra a vítima **Israel Ramos da Silva**, causando-lhe a morte, fato ocorrido no dia 31 de agosto de 2003, por volta de 01:00 h., na Travessa José Vidal de Negreiros, município de Itaquitinga, neste Estado.

Encerrada a instrução criminal, o juiz processante pronunciou o recorrente como incurso nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV do Código Penal, conforme sentença de fls. 109/112 dos autos.

Inconformado, o réu interpôs tempestivo recurso de apelação à fl. 114, o qual foi recebido por esta relatoria como recurso em sentido estrito, conforme despacho de fl. 136, apresentando suas razões às fls. 119/121, sob o argumento de contradição nos depoimentos das testemunhas de acusação arroladas, pugnarido, ao final, por sua impronúncia.

O Ministério Público de 1º grau apresentou contrarrazões (fls. 123/124) rechaçando os fundamentos do recurso, pugnando pelo seu desprovimento e manutenção da decisão recorrida.

---

<sup>1</sup> **Art. 121. Matar alguém: (...)**

**§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)**

**IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; (...)**

**Pena – reclusão, de doze a trinta anos. (...)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO** 247  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

A togada monocrática, na fase do art. 589<sup>2</sup>, do Código de Processo Penal, manteve a sentença recorrida (fl. 139), remetendo os autos a este Sodalício.

A douta Procuradora de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva, ofereceu parecer (fls. 148/149), pugnando pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 15 de Janeiro de 2010.

  
Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora

<sup>2</sup> Art. 589. Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários.

Parágrafo único – Se o juiz reformar o despacho recorrido, a parte contrária, por simples petição, poderá recorrer da nova decisão, se couber recurso, não sendo mais lícito ao juiz modificá-la. Neste caso, independentemente de novos arrazoados, subirá o recurso nos próprios autos ou em traslado.



39



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO 248**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0196677-4.**  
**ÓRGÃO JULGADOR** : Terceira Câmara Criminal  
**COMARCA** : Itaquitinga – Vara Única  
**RECORRENTE** : Cláudio Severino de Menezes  
**RECORRIDO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADORA** : Dra. Maria Francisca Mendonça Silva  
**RELATORA** : Des. Alderita Ramos de Oliveira

**VOTO**

---

Insurge-se, o recorrente, contra a sentença que o pronunciou nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV do Código Penal, sob a alegação de contradição nos depoimentos das testemunhas de acusação arroladas, pugnando, ao final, por sua impronúncia.

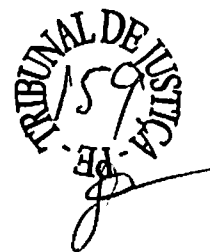
A materialidade delitiva encontra-se evidenciada nos autos pelas fotografias de fls. 13/14 e 19, pela certidão de óbito de fl. 16 e pela perícia tanatoscópica de fl. 18.

Quanto à autoria, a despeito de não precisar ser, *a priori*, comprovada para que o acusado seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, bastando a existência de indícios, restou demonstrados tais indícios a partir dos depoimentos das testemunhas ouvidas no decorrer do inquérito policial e da instrução criminal.

As provas colhidas nos autos apontam o recorrente como autor da prática delitiva em análise, senão vejamos:

Rosedi Ramos Mendes Pereira, irmã da vítima, ao ser interrogada perante a autoridade policial, afirmou (fls. 23/24):

*"(...) Que, esclarece que naquele momento percebeu que o Israel estava armado com duas facas peixeiras na cintura, e chegou a reclamar e pediu para guardar; Que, o Israel disse que não entregava as facas para a declarante guardar, e novamente repetiu que estava sendo ameaçado de morte por dois indivíduos, sendo que um deles era conhecido por "Cacau", e que as facas era para se defender, (...)"*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

249

Ivanildo Gomes da Silva, vulgo "Maluquete", ao ser inquirido no decorrer do inquérito policial, asseverou (fls. 25/26):

*"(...) Que, naquele sábado, quando o declarante juntamente com amigos, passaram para ir para a seresta no bar de Coia, presenciou quando o "Nal" e o Romildo estavam sentados nos degraus da calçada da Igreja Católica ali existente, o seu amigo conhecido por "Tuiti" havia dito ao declarante que quando ele voltava da referida seresta, encontrou o "Cacau" escondido na traseira de um ônibus da empresa Três Irmãos, portando uma espingarda cal. 12, cano longo, e o próprio Israel disse que estava ameaçado pelo "Cacau", o qual falou onde o encontrasse o mataria; (...) "*

Antônio Joaquim da Silva Filho, vulgo "Tuiti", perante a autoridade policial, afirmou (fls. 27/28):

*"(...) Que, na Av. Vital de Negreiros, passando pelos ônibus pela empresa Três Irmãos, presenciou quando o "Cacau" se escondeu dentro de um dos ônibus; Que, alguns metros na frente, olhou para trás, e percebeu que o "Cacau" saía de dentro do ônibus, levando consigo uma espingarda cal. 12 (...); Que todos sabem que foi o "Cacau" o autor do citado homicídio, mas todos têm medo de falar, pois o "Cacau" já cometeu outro homicídio; (...) Que, dias antes, conversando com o Israel, este contou ao declarante que havia discutido com o "Cacau", e ele lhe ameaçou de morte, (...); Que o beco do depósito de bebida que o "Cacau" entrou, dar acesso ao local que o Israel foi encontrado morto."*

Rosedi Ramos Mendes Pereira, em juízo, afirmou (fls. 80/81):

*"(...) Que, posteriormente, soube através de Maluquete que quem teria sido o autor do crime era a pessoa conhecida como "Nal" ou "Cacau". (...) Que "Maluquete" chegou a lhe dizer que durante a seresta teria havido uma discussão entre a vítima e as pessoas conhecidas como "Cacau" ou "Nal". (...) "*

Ivanildo Gomes da Silva, perante a autoridade judiciária, afirmou (fls. 82/83):

47



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

*"(...) Que antes da vítima sair de casa para a seresta chegou a lhe dizer que quem estava certo de acabar com a vida dela era o acusado. (...) Que quando "Twite" e Agripino passaram para pegar Israel, Cláudio estava no ônibus, mas quando eles voltaram, Cláudio já não estava mais. Que Cláudio trabalhava armado com uma espingarda "12". (...) "*

Como visto, apesar das contradições nos depoimentos prestados pelas testemunhas de acusação, resulta evidenciada a existência de indícios de autoria do delito por parte do acusado, suficiente para que o mesmo seja levado a julgamento perante o Tribunal do Júri.

É certo que a mera dúvida com relação a autoria do fato não autoriza a impronúncia ou a absolvição sumária do recorrente, vez que nessa fase processual prevalece o princípio do *in dubio pro societate*.

Tem-se que a pronúncia é mero juízo de admissibilidade, não sendo necessária, para tanto, a certeza absoluta exigida nas decisões condenatórias, mas, tão somente, a existência de indícios suficientes de ter o réu participado do evento delituoso a ele imputado, tal como ocorre na hipótese dos autos.

Nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do *Habeas Corpus* nº 41765/SP, Quinta Turma, Relator Min. Gilson Dipp, publicada no DJ de 19.09.2005, de cuja ementa se extrai o seguinte excerto:

**"(...) III. Não há qualquer ilegalidade na decisão monocrática de pronúncia, tampouco no acórdão que a manteve, os quais expuseram, nos exatos termos da lei, um mero juízo de admissibilidade da acusação, assim como determina o Código de Processo Penal.**

**IV. Somente quando evidente a inexistência de crime ou a ausência de indícios de autoria – em decorrência de circunstâncias demonstradas de plano e estreme de dúvidas – pode o magistrado julgar improcedente a pretensão punitiva, deixando de pronunciar o réu, pois eventuais dúvidas sobre tais circunstâncias deverão ser dirimidas apenas pelo Tribunal do Júri.**

**V. Tendo o Julgador monocrático evidenciado a existência do homicídio, mencionando o laudo de exame necroscópico, assim**

657



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*como a possível participação do paciente no fato delituoso, com base nos indícios dos autos, não há ilegalidade na sentença de pronúncia.*

*VI. Ordem parcialmente conhecida e denegada. (...)"*

Ante o expendido, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a pronúncia em todos os seus termos.

Recife, 27 de *Janeiro* de 2010.

**Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**